



Reunião Extraordinária – Ata nº 01/2013

Data – 25-09-2013

Início – 09.05 horas

Local – Cidade de Abrantes, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho

Termo – 09.20 horas

Presenças:

Presidente Maria do Céu de Oliveira Antunes Albuquerque

Vereadores Rui Miguel dos Santos Serrano
Celeste Maria Ferreira Riachos Simão
Manuel Jorge Séneca Valamatos dos Reis
António Manuel Belém e Ferreira Coelho
Carlos Manuel Godinho Gonçalves Arês

Chefe da Divisão Administrativa e Jurídica – Catarina Alexandra Justino Santos



Faltas - Não esteve presente o vereador António Manuel de Santana Maia Leonardo.

Foi apresentada justificação e foram consideradas justificadas as faltas dadas às reuniões de 2 e 16 de setembro de 2013, pelo vereador Carlos Manuel Godinho Gonçalves Arês.



A Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, quando eram nove horas e cinco minutos.



Foi aprovada, por maioria, com a abstenção do vereador Carlos Manuel Godinho Gonçalves Arês por não ter estado presente, a parte da ata relativa às intervenções do executivo, da reunião do dia 16 de setembro de 2013, com exceção das deliberações aprovadas em minuta.

Foi dispensada a sua leitura, por ter sido distribuída previamente a todos os membros da Câmara Municipal.



Nºs 01 e 02 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente à informação nº 206 da UOPE – Unidade Orgânica Projetos e Empreitadas, datada de 23 de setembro de 2013, acerca do projeto base de execução de "Construção do Centro Escolar de

CL
AS

Abrantes", bem como do respetivo lançamento de procedimento pré-contratual, propondo o seguinte: - 138648

1. Que sejam aprovados os Projetos Base e de Execução relativos à "Construção do Centro Escolar de Abrantes";
2. Que a obra pública em causa seja executada por empreitada, devido à especificidade dos trabalhos;
3. Que o órgão competente – Câmara Municipal – tome a decisão de contratar no uso de competência própria, nos termos da alínea q) do n.º 1 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, e alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, aplicável por força do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro;
1. Que o preço base para a presente empreitada seja fixado em 3.599.735,12€ (três milhões quinhentos e noventa e nove mil setecentos e trinta e cinco euros e doze centimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, valor este fixado de acordo com as regras do artigo 47.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na atual redação;
2. Que, nos termos da regra geral de escolha do procedimento e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, seja adotado um Concurso Público – sem publicação no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE), nos termos previstos na alínea b) do artigo 19.º e artigo 130.º e seguintes, todos do CCP;
3. Que o procedimento concursal seja publicitado no Diário da República, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 130.º do CCP;
4. Que o prazo para a apresentação das propostas seja de 36 dias;
5. Que o prazo de execução da obra seja de 365 dias;
6. Que sejam aprovadas as peças do procedimento em anexo ao processo, das quais de destacam:
 - a) O Programa de concurso elaborado de acordo com o disposto no artigo 132.º do CCP;
 - b) O Caderno de encargos contendo as cláusulas a incluir no contrato a celebrar, bem como o Projeto de Execução, nos termos do artigo 43.º do CCP;
7. Que, para efeitos de prévia cabimentação da despesa e assunção de compromissos nos termos da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, na atual redação, inerente ao contrato a celebrar, seja considerado o valor fixado no ponto 4 que corresponde a 3.599.735.12 €

(três milhões quinhentos e noventa e nove mil setecentos e trinta e cinco euros e doze cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;

8. Que sejam disponibilizadas as peças do procedimento e praticados todos os atos na Plataforma Eletrónica Gatewit, no endereço eletrónico <https://www.compraspublicas.com>;
9. Que nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 67.º do CCP, o Júri do Concurso com vista ao acompanhamento do presente procedimento, seja constituído pelos elementos adiante designados:

Membros efetivos:

- Presidente: Sara Cristina Jorge Morgado, Dirigente em regime de substituição da UOPE;
- 1º Vogal: Cristina Isabel Loureiro da Silva Nunes Chapado Tenera, Técnica Superior da UOPE;
- 2º Vogal: Sandra Maria de Jesus Oliveira Matias Ferreira, Técnica Superior da UOPE;

A substituição do Presidente nas suas faltas e impedimentos será assegurada pelo 1º Vogal.

Membros suplentes:

- 1º Suplente: Francisco Pontes Varanda Gonçalves, Técnico Superior da UOPE;
- 2º Suplente: Maria João Duarte Espadinha, Técnica Superior da UOPE.

A substituição do 1º e 2º Vogais efetivos, nas suas faltas e impedimentos, será assegurada pelos membros suplentes.

10. Que o critério de adjudicação seja o do mais baixo preço.

O objeto da empreitada enquadra-se no código 45214200-2 (Construção de edifícios escolares) do Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV).

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, de acordo com o n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro.

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o projeto base de execução de "Construção do Centro Escolar de Abrantes", bem como o lançamento pré-contratual da respetiva empreitada, nos termos da referida informação nº 206 da UOPE – Unidade Orgânica Projetos e Empreitadas.



Nº 03 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, na sequência da informação nº 205 da UOPE – Unidade Orgânica Projetos e Empreitadas, datada de 23 de setembro de 2013, que remete para aprovação, proposta de caducidade da adjudicação da empreitada de "Requalificação da Estrada entre Bemposta e Vale das Mós" e de intenção de adjudicação da proposta ordenada em segundo lugar. - 130968

cl
ct

Deliberação: Por unanimidade, determinar a caducidade da adjudicação ao consórcio Asibel - Construções, S.A. e Asibetumes - Obras Públicas, S.A., nos termos do n.º 1 do artigo 105.º do CCP, e do n.º 1 do artigo 86º do mesmo CCP, quanto a este, em razão da não apresentação dos documentos de qualificação se assimilar à não apresentação dos documentos de habilitação e, se verificar a obrigação de serem apresentados antes do contrato. Mas se assim se não entendesse, verificam-se os requisitos de revogação da adjudicação, por violação de lei, em razão da insolvência da Sociedade entretanto ocorrida e que considere perdida a seu favor a caução prestada pelo consórcio nos termos do n.º 2 do mesmo normativo;

Aprovar que, nos termos do artigo 105º n.º 1 e 2 do CCP, e também por força do artigo 86º do mesmo CCP aplicável nas circunstâncias mencionadas, promover a adjudicação à proposta ordenada em lugar subsequente.

Conceder audiência prévia ao Consórcio e ao administrador da massa insolvente, para o qual se operou a transferência dos poderes de administração dos bens integrantes da massa insolvente, devendo conceder-se o prazo de 5 dias para se pronunciar, por escrito, sobre o sentido da decisão preconizada, (caducidade da adjudicação) com o fundamento da não apresentação dos documentos exigidos pelo artigo 22º da Lei nº 31/2009 de 3/7, em conjugação com o artigo 86º n.º 2 do CCP. Mais se pode pronunciar por escrito num prazo mais alargado de 10 dias, (ao abrigo do artigo 101º do Código do Procedimento Administrativo), sobre o a fundamentação da caducidade, nos termos do artigo 105º do CCP, e da fundamentação para revogação da adjudicação, que se opera, em alternativa, por verificação superveniente da situação de impedimento relativo a insolvência, por aplicação analógica do artigo 55º do CCP, caso, por mera hipótese, se não entendesse ter-se verificado a caducidade.

A deliberação tornar-se-á definitiva, no prazo de 10 dias, se o Consórcio e a massa insolvente nada disserem. Para efeitos de audiência prévia, o processo pode ser consultado na UOPE da Câmara Municipal de Abrantes nas horas de expediente das 9h às 17h. Finalmente, para efeitos da adjudicação ao concorrente da proposta subsequente, (105º 2 e 86º 4 do CCP), também as declarações de cabimento e compromisso têm que ser ajustadas em conformidade.

À UOPE – Unidade Orgânica Projetos e Empreitadas, para proceder em conformidade.



Nº 04 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para ratificação do órgão executivo, o seu despacho datado de 23 de setembro de 2013, que aprovou o mapa de medições retificado, mapa de quantidades de trabalho retificado e mapa de orçamento retificado, referente ao concurso público do procedimento pré-contratual de "Construção da Unidade de Saúde Familiar de Abrantes".

Aprovou igualmente, a alteração do prazo de apresentação de propostas para as 23:59 horas do dia 01 de outubro de 2013 e a realização de abertura das propostas no dia 02 de outubro de 2013, pelas 10:00 horas. - 128972

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o referido despacho da Presidente da Câmara.

21

22

Nº 05 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação, proposta de alteração dos horários de trabalho nos termos da Lei nº 68/2013, de 29 de Agosto. - 138642

Deliberação: Por unanimidade, aprovada a proposta apresentada.



Nº 06 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante a uma informação do Diretor de Departamento de Administração e Finanças, datada de 20 de setembro de 2013, acerca do pedido da TAGUS – Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Interior, a solicitar a emissão de uma declaração pela Câmara Municipal enquanto membro daquela Associação, em como não se opõe que a mesma contrate uma conta caucionada junto da Caixa de Crédito Agrícola Mutuo de Tramagal, no valor de 75,000,00€ (setenta e cinco mil euros), pelo prazo de 6 meses, renovável por iguais períodos e à taxa de EUR06TM + 5,5. - 138330

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a emissão de declaração do seguinte teor:

"O Município de Abrantes enquanto membro da Direcção da TAGUS – Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Interior, não se opõe que o sua representante na Associação Tagus contrate uma conta caucionada junto da Caixa de Crédito Agrícola Mutuo de Tramagal, no valor de 75,000,00€ (setenta e cinco mil euros), pelo prazo de 6 meses, renovável por iguais períodos e à taxa de EUR06TM + 5,5 pp, conforme deliberação da Assembleia Geral da Tagus – Associação para o Desenvolvimento Integrado da Ribatejo Interior realizada no dia .../.../..., não decorrendo daí ou desta declaração a assunção de qualquer garantia, fiança ou avale pelo Município de Abrantes, ou pessoal pela representante, sendo a garantia e compromissos exclusivamente assumidos pelos órgãos de Tagus e vinculativos para esta. Aprovado em reunião do executivo camarário de .../.../... ASSINATURAS"



Nº 07 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante a uma informação da Divisão de Cultura, datada de 10 de setembro de 2013, na sequência de um pedido de Alexandra Duarte, licenciada em história, na qualidade de representante da Associação de Recriação Histórica Guildas Áureas, a solicitar o apoio da Câmara Municipal, para a realização de uma recriação histórica no Castelo de Abrantes, nos dias 12 e 13 de outubro de 2013, nomeadamente a cedência gratuita do espaço do castelo, lenha para cerca de 6 pequenas fogueiras e impressão de cartazes. - 136852

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a dispensa do pagamento de taxas pela utilização do espaço do castelo de Abrantes, bem como a cedência de lenha e impressão de cartazes.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.

el
Cat

Nº 08 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante a uma informação da Divisão Financeira, que remete, para aprovação, a 9ª proposta de alteração orçamental 2013, da Câmara Municipal de Abrantes. - 138418

Deliberação: Por unanimidade, aprovada a referida alteração orçamental, nos termos da Informação da Divisão Financeira.



Nº 09 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante a uma informação da Divisão Financeira, datada de 16 de setembro de 2013, remetendo para aprovação a assunção de compromisso plurianual, com vista à aquisição de serviços para "Assistência técnica aos elevadores/ascensores e plataformas elevatórias do Município de Abrantes". O contrato terá a duração de 1 ano, renovável por iguais períodos até ao limite de 3 anos. O preço base do procedimento é de o preço base (máximo) do procedimento é fixado em 10.320,00€/ano, o que corresponde ao montante de 30.960,00€ para os 3 anos de vigência do contrato, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. Ao preço base foi aplicada a redução remuneratória à taxa de 10%, nos termos do nº 1 do artigo 75º da Lei nº 66-B/2012, de 31 de Dezembro, conjugado com a alínea c) do n.º 1 do artigo 27º do mesmo diploma legal, uma vez que estamos perante idêntico objeto e, ou contraparte, de contrato vigente em 2012. - 124937

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a assunção de compromisso plurianual, com vista à aquisição de serviços para "Assistência técnica aos elevadores/ascensores e plataformas elevatórias do Município de Abrantes", nos termos e com os fundamentos da referida informação da Divisão Financeira.



Nº 10 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente a uma informação do Diretor do Departamento de Obras e Urbanismo, datada de 27 de agosto de 2013, que remete para aprovação, o pedido de licença de reflorestação com eucaliptos de um prédio rústico, denominado Castanho, inscrito sob o artigo nº 265, secção I, sito em Crucifixo, freguesia de Tramagal, Abrantes, com a área de 10 Ha, apresentado pela Associação de Agricultores dos Concelhos de Abrantes, Constância, Sardoal e Mação, em nome da sua associada, Sociedade Agrícola Luis Bairrão, Lda. - 133541

Deliberação: Por unanimidade, emitir parecer favorável à pretensão, desde que sejam cumpridos os seguintes condicionamentos constantes da informação técnica do SSIG/SOT da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 21 de agosto de 2013:

- Atendendo à Portaria 528/89 de 11 de julho, é proibido mobilizar o solo segundo as linhas de maior declive e é proibido mobilizar o solo a menos de 30 metros de linhas de água;
- Atendendo às faixas de gestão de combustível previstas no Plano Municipal de Defesa da Floresta contra incêndios (PMDFCI), deve ser salvaguardada a faixa (100 metros) de

el
65

gestão de combustível do aglomerado populacional de Tramagal (parte norte da área a reflorestar) que coincide com a passagem da linha elétrica (salvaguarda de uma distância mínima de 7 metros para cada um dos lados);

- Deverá dar cumprimento a demais disposições aplicáveis, descritas na Portaria n.º 528/89, de 11 de julho, bem como no Decreto-Lei n.º 28039, de 14 de setembro de 1937 e no Decreto-Lei n.º 124/2006.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 11 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente a uma informação do Diretor do Departamento de Obras e Urbanismo, datada de 27 de agosto de 2013, que remete para aprovação, o pedido de licença de reflorestação com eucaliptos de um prédio rústico inscrito sob o artigo 3, secção AB, sito em Casal dos Vales, freguesia de São Facundo, Abrantes, com a área de 10 Ha, requerida por Maria Eugénia Bispo Grosso Matos Gomes – 132410

Deliberação: Por unanimidade, emitir parecer favorável à pretensão, desde que sejam cumpridos os seguintes condicionamentos constantes da informação técnica do SSIG/SOT da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 06 de agosto de 2013:

- 1 A ação é compatível com o regime das áreas integradas em REN, de acordo com o art.º 20 do DL 239/2012 de 2 de novembro, mas está sujeita a comunicação prévia à CCDR-LVT, nos termos do referido artigo e anexo II, por abranger áreas de risco de erosão e áreas de máxima infiltração;
- 2. Face à existência de uma linha de água confinante com a área a reflorestar, deverá ser salvaguardada a distância de 10 m à mesma ou, caso contrário, consultada a APA nos termos da legislação do domínio hídrico;
- 3. Atendendo à Portaria 528/89 de 11 de julho, é proibido mobilizar o solo segundo as linhas de maior declive e é proibido mobilizar o solo a menos de 30 metros de linhas de água;
- 4. Atendendo às faixas de gestão de combustível previstas no Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios (PMDFCI), deve ser salvaguardado o mosaico de parcela de gestão de combustível correspondente ao terreno agrícola e uma distância mínima de 7 metros para cada um dos lados da linha elétrica no espaço florestal em questão;
- 5. Deverá dar-se cumprimento a demais disposições aplicáveis, descritas na Portaria n.º 528/89, de 11 de julho, bem como no Decreto-Lei n.º 28039, de 14 de setembro de 1937 e no Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de junho, alterado pelo D.L. n.º 17/2009, de 14 de janeiro.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.

Encerramento da Reunião

E não havendo mais assuntos a tratar, a Presidente declarou a reunião encerrada pelas nove horas e vinte minutos.

De tudo para constar se lavrou a presente acta, que fica aprovada.

A Chefe da Divisão Administrativa e Jurídica a redigiu e também a assina.

A PRESIDENTE DA CÂMARA



A CHEFE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E JURÍDICA

